

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 19.885/11/3ª Rito: Sumário  
PTA/AI: 01.000167192-37  
Impugnação: 40.010128286-37  
Impugnante: Ademírcio de Oliveira Souza  
IE: 693108407.00-03  
Origem: DF/Varginha

### **EMENTA**

**OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – ARQUIVO ELETRÔNICO – ENTREGA EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO.** Constatou-se a entrega de arquivos eletrônicos em desacordo com a legislação vigente, referente aos registros tipo “74” e “75”, conforme previsão dos arts. 10, § 5º e 11, ambos do Anexo VII do RICMS/02. Exigência da Multa Isolada prevista no inciso XXXIV do art. 54 da Lei nº 6763/75. Infração plenamente caracterizada. Lançamento procedente. Acionado o permissivo legal, art. 53 § 3º da Lei nº 6.763/75, para cancelar a Multa Isolada prevista no art. 54, inciso XXXIV da Lei nº 6.763/75. Decisões unânimes.

### **RELATÓRIO**

Versa a presente autuação sobre a constatação de entrega de arquivo eletrônico em desacordo com a legislação tributária, relativo ao período de fevereiro de 2009, tendo sido omitidos os registros do “tipo 74” (inventário) e “tipo 75” (Código do Produto ou Serviço).

Exige-se a Multa Isolada prevista no art. 54, XXXIV da Lei nº 6.763/75.

Inconformada com as exigências fiscais, a Autuada apresenta, tempestivamente, por seu representante legal, Impugnação às fls. 06/17, contra a qual o Fisco se manifesta às fls. 28/31.

### **DECISÃO**

Versa a presente autuação sobre a constatação de entrega de arquivo eletrônico em desacordo com a legislação tributária, relativo ao período de fevereiro de 2009, tendo sido omitidos os registros do “tipo 74” e “tipo 75”.

De plano deve-se ressaltar que, tratando-se de matéria tributária, o ilícito pode advir do não pagamento do tributo ou do não cumprimento dos deveres instrumentais ou formais, como no caso. Em qualquer das hipóteses, verifica-se a não prestação de uma obrigação imposta por lei.

A intenção do agente é, portanto, irrelevante (art. 136 do CTN) para a tipificação do ilícito fiscal. Sendo a infração objetiva, havendo o resultado previsto na descrição normativa, qualquer que seja a motivação ou ânimo do agente, tem-se por configurado o ilícito.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

No caso em questão, a obrigatoriedade de manutenção e de entrega de arquivos eletrônicos, conforme especificações, encontra-se prevista no Anexo VII do RICMS/02:

**Art. 10** - Os contribuintes de que tratam o § 1º do artigo 1º desta Parte e o § 7º deste artigo **manterão arquivo eletrônico** referente à totalidade das operações de entrada e saída de mercadorias ou bens e das aquisições e prestações de serviços realizadas no período de apuração, contendo o registro fiscal dos documentos recebidos e emitidos.

(...)

**§ 5º** - O contribuinte, observado o disposto nos artigos 11 e 39 desta Parte, fornecerá o arquivo eletrônico de que trata este artigo, atendendo às especificações descritas no Manual de Orientação previsto na Parte 2 deste Anexo, vigente na data de sua entrega.

**Art. 11** - A entrega do arquivo eletrônico de que trata o artigo anterior, observado o disposto o artigo 39 desta Parte, **será realizada, mensalmente**, através de sua transmissão, via internet, para a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, **até o dia 15 (quinze) do mês subsequente** ao das operações e prestações. (Grifado)

De acordo com o documento “Contagem de Tipo de Registro”, acostado pelo Fisco à fl. 04, verifica-se que a ora Impugnante entregou os arquivos eletrônicos relativos aos meses de fevereiro de 2009 em desacordo com a legislação vigente, tendo em vista que o mesmo não continha os registros “tipo 74” e “tipo75”.

O fato não é combatido pela Autuada, que reconhece o cometimento da infração quando alega, em sede de impugnação, que a entrega em desacordo decorreu de erro no sistema de informática.

Nos termos do citado art. 11, a entrega dos arquivos eletrônicos será realizada mensalmente. Nesse sentido, a cada mês que houver a entrega em desacordo estar-se-á cometendo uma infração, punível com a aplicação da penalidade prevista no inciso XXXIV do art. 54 da nº Lei nº 6.763/75, por período:

**Art. 54** - As multas para as quais se adotará o critério a que se refere o inciso I do caput do art. 53 desta Lei são as seguintes:

(...)

**XXXIV** - por deixar de entregar, **entregar em desacordo com a legislação tributária** ou em desacordo com a intimação do Fisco ou por deixar de manter ou manter em desacordo com a legislação tributária **arquivos eletrônicos referentes à emissão de documentos fiscais e à escrituração de livros fiscais** - 5.000 (cinco mil) UFEMGs por infração. (Grifado)

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Em sede de impugnação, ou seja, após intimação do Auto de Infração, a Impugnante junta aos autos a comprovação da entrega dos arquivos com a inclusão dos registros “tipo 74” e “tipo 75” relativamente ao período autuado, conforme comprovante de fl. 22.

Não obstante a caracterização do ilícito, considerando que a Autuada não é reincidente conforme informação à fl. 25, que a infração não resultou em falta de pagamento de imposto e que cumpriu a obrigação acessória, objeto do lançamento, ainda que intempestivamente, aplica-se o permissivo legal, conforme disposto no § 3º do art. 53 da Lei nº 6763/75, para cancelar a Multa Isolada prevista no art. 54, inciso XXXIV da mesma.

Diante do exposto, ACORDA a 3ª Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Em seguida, também à unanimidade, em acionar o permissivo legal, art. 53, § 3º, da Lei nº 6763/75, para cancelar a multa isolada. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros José Luiz Drumond e Luiz Fernando Castro Trópia.

**Sala das Sessões, 12 de janeiro de 2011.**

**André Barros de Moura**  
**Presidente / Revisor**

**Fernando Luiz Saldanha**  
**Relator**